



SIMULADO SEMESTRAL 2018.1

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas **100** questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo **100** questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de até 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorridas 1 (uma) hora do início da aplicação da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 06 de julho 2018, após as 23 horas30 minutos, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 08 de julho de 2018, às 23 horas30 minutos, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br. É necessária a utilização de formulário próprio presente em nossa página para o recebimento do recurso.

BOA PROVA!

Florianópolis, 06 de julho de 2018.

DIREITO CONSTITUCIONAL**01. NÃO POSSUI legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade:**

- a) O Presidente da República.
- b) A Mesa do Senado Federal.
- c) O Procurador-Geral da República.
- d) O Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

02. Em relação a história constitucional do Brasil assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A constituição brasileira de 1891 foi a primeira a estabelecer o presidencialismo no direito brasileiro, o controle de constitucionalidade e o federalismo.
- b) A constituição brasileira de 1946 foi a única, no Período republicano, a estabelecer o parlamentarismo no direito brasileiro, sendo a primeira a estabelecer o controle concentrado de constitucionalidade.
- c) A constituição brasileira de 1934 foi outorgada e ampliou, em seu texto, o poder do Estado, restringiu o voto universal e a participação popular nas decisões estatais.
- d) A constituição de 1967 foi a primeira elaborada após o golpe militar de 1964 e representou um retrocesso no campo dos direitos fundamentais, ampliando o poder estatal e prevendo a adoção de medidas autoritárias para manutenção da ordem pública.

03. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo estão relacionadas a instituições do estado e a estrutura de definição dos direitos fundamentais, dependendo de edição de legislação regulamentadora ou atos posteriores para ter ampliação de sua eficácia.
- b) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio programático estão relacionadas aos direitos sociais e econômicos e necessitam de edição de emendas constitucionais posteriores que venham a restringir sua eficácia para que possam produzir efeitos
- c) As normas de eficácia plena só podem ser criadas pelo Poder Constituinte Originário.
- d) As normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata são normas que nascem com eficácia plena e permitem que uma legislação infraconstitucional posterior venha a regular e restringir sua eficácia.

04. Sobre a decisão no controle de constitucionalidade, é CORRETO afirmar:

- a) Em nenhuma hipótese se admite a declaração parcial de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo
- b) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado
- c) Não é possível limitar para o futuro os efeitos da declaração de inconstitucionalidade
- d) A declaração de inconstitucionalidade sempre produz efeitos retroativos

05. Sobre os direitos sociais é CORRETO afirmar:

- a) Não têm previsão constitucional.
- b) O Judiciário pode intervir em determinados casos para suprir a omissão ou inércia do Executivo na efetivação dos direitos sociais.
- c) Estão previstos apenas em normas infraconstitucionais.

d) A atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite a intervenção judicial para a satisfação dos direitos sociais, pois configuram apenas uma promessa constitucional.

06. Em relação a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é CORRETO afirmar:

- a) Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.
- b) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade e tutelar os interesses difusos objeto da arguição.
- c) Decorrido o prazo das contestações, na ADPF, o relator lançará o relatório, com cópia a todos os ministros, e pedirá dia para julgamento.
- d) Na concessão de liminar em ADPF o relator não poderá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, nem o Advogado-Geral da União ou o Procurador-Geral da República.

07. Sobre os direitos fundamentais, é INCORRETO afirmar:

- a) Aplicam-se nas relações entre particular e Estado.
- b) Não se admite a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, ou seja, sua aplicação nas relações entre particulares.
- c) Têm aplicabilidade imediata.
- d) Podem ser restringidos.

08. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A liberdade religiosa no direito brasileiro está relacionada a regra do Estado Laico, vinculado o Estado a respeitar todas as formas de manifestação religiosa, sem interferir em seu conteúdo, evitando assim que o Estado venha a privilegiar determinada manifestação religiosa.
- b) A característica da universalidade aos direitos fundamentais serve para determinar que os titulares dos direitos fundamentais só podem ser os seres humanos, vindo este direitos a produzir efeitos somente aos brasileiros residentes e aos estrangeiros residentes.
- c) A jurisprudência do STF reconheceu que o direito de liberdade de expressão deve ser interpretado de forma restritiva, podendo vir a sofrer restrições que visem a promover outros direitos fundamentais mais importantes que esta liberdade.
- d) Com base no característica da aplicabilidade imediata, a lei não pode restringir direitos fundamentais, pois viria a ofender o âmbito de proteção do direito fundamental.

09. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos econômicos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, quando internalizados ao direito brasileiro, sempre serão equivalentes às emendas constitucionais.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) Em nenhuma hipótese os tratados internacionais de direitos humanos, quando internalizados

ao direito brasileiro, terão eficácia de norma suprallegal.

10. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O caráter ilimitado e incondicionado do poder constituinte originário precisa ser visto com temperamentos, pois esse poder não pode ser entendido sem referenda aos valores éticos e culturais de uma comunidade política e tampouco resultar em decisões caprichosas e totalitárias.
- b) O poder constituinte originário surge em momentos que existam rupturas institucionais, sendo que sua formação se dá conforme o previsto na Constituição anterior e sua atuação fica condicionada somente aos limites sociais que orientam como deverá ser o texto da nova Constituição.
- c) O surgimento do poder constituinte originário está ligado a momento de ruptura, sendo exemplos desses momentos situações como a revolução, a derrota em uma guerra, a formação de um novo país, sendo este um dos motivos que podemos considerar que o Assembléia Constituinte que elaborou a Constituição de 1988 não foi o exercício de um poder originário.
- d) As Clausulas pétreas são limites a atuação do poder constituinte derivado, estando presentes nas limitações formais e circunstâncias e vinculam o trabalho do poder de revisão da Constituição no sentido de estabelecer quais assuntos poderão ser alterados por este poder.

| |
|----------------------|
| DIREITO CIVIL |
|----------------------|

11. De acordo com Anderson Schreiber, “Ausência é o estado, declarado por decisão judicial, da pessoa natural que se encontra em lugar incerto e da qual não se tem nenhuma notícia por prolongado período de tempo”. Sobre o tema, é INCORRETO afirmar:

- a) Também se declarará a ausência, e se nomeará curador, quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.
- b) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- c) Os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão, independentemente de garantia, entrar na posse dos bens do ausente.
- d) Cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

12. De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado podem sofrer a usucapião.
- b) A usucapião coletiva prevista no Estatuto da Cidade tem como requisitos essenciais a boa-fé e o justo título do adquirente.
- c) A aquisição da propriedade por meio da especificação pode ter como objeto tanto as coisas móveis quanto as imóveis.
- d) São formas originárias de aquisição da propriedade imóvel: acessão e direito sucessório.

13. Quanto à responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O CC vigente adota, como regra, o sistema de presunção de responsabilidade como cláusula geral de responsabilidade civil, atrelado à idéia de risco- proveito da atividade econômica.
- b) *Venire contra factum proprium, tu quoque, supressio e adimplemento substancial* são algumas das manifestações ligadas à boa-fé objetiva, que configura-se em dever anexo à relação obrigacional, ligada à noção de cooperação, confiança e lealdade, e seu descumprimento enseja a violação positiva

do contrato, com responsabilidade independente de culpa, mesmo que a prestação principal tenha sido satisfeita.

c) A concepção de responsabilidade civil extracontratual deriva da prática de atos marcados pela ilicitude, em que haja culpa,nexo e dano. A culpa *in abstracto* verifica-se quando a lesão de direito adveio de uma abstenção (omissão).

d) A cláusula de não indenizar, que afasta um dos efeitos da responsabilidade, é cabível nas relações obrigacionais contratuais, inclusive nas consumeristas. Igualmente legítima defesa, exercício regular de direito reconhecido e estado de necessidade são causas de exclusão do dever de indenizar previstas no CC, pois afastam os elementos ilicitude e culpa, mesmo se verificando as perdas e danos, incluindo os estéticos. A legítima defesa, como excludente prevista no artigo 188, inciso I, do CC, afasta o dever reparatório em caso de dano praticado pelo agente nela amparado, contra o causador da agressão, salvo se tratar de legítima defesa putativa.

14. Sobre a disciplina jurídica da união estável, é CORRETO afirmar:

- a) De acordo com o Código Civil, as expressões concubinato e união estável possuem o mesmo significado.
- b) As causas suspensivas do casamento impedem a caracterização da união estável.
- c) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.
- d) A convivência sobre o mesmo teto por, no mínimo, dois anos, é requisito fundamental para a caracterização da união estável.

15. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta.
- b) A oferta ao público equivale sempre à proposta, sendo obrigatória ao proponente independentemente de qualquer requisito ou forma.
- c) É possível a celebração de contrato por telefone. Como tal contrato é celebrado entre ausentes, sua formação obedece às mesmas regras do contrato epistolar.
- d) O Brasil adota a Teoria da Recepção quando o contrato for entre ausentes.

16. Sobre o sistema jurídico das nulidades no Direito Civil é INCORRETO que:

- a) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- b) O ato de confirmação deve conter a substância do negócio celebrado e a vontade expressa de mantê-lo.
- c) Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, se não provar que reverteu em proveito dele a importância paga.
- d) A invalidade do instrumento induz sempre a do negócio jurídico.

17. Sobre o Direito Sucessório, assinale alternativa CORRETA:

- a) Os herdeiros colaterais ficarão excluídos da sucessão acaso não se habilitarem até a declaração do estado de jacência da herança.
- b) De acordo com o STF, na falta de descendentes e de ascendentes, mesmo que existam outros parentes sucessíveis, tanto o cônjuge quanto o companheiro sobrevivente sucedem a título integral.
- c) Não se admite, para efeitos sucessórios, a representação do ausente.

d) A carta codicilar deverá necessariamente revestir-se da forma pública.

18. Assinale a única alternativa CORRETA:

- a) Os danos morais não podem ser tarifados justamente com fundamento nos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social. Por não possuir relação com os direitos de personalidade, a pessoa jurídica não pode sofrer dano moral. Na hipótese de indenização por dano moral, os juros moratórios fluem do ajuizamento ou da constituição em mora, o que ocorrer primeiro.
- b) A perda de um direito subjetivo/potestativo reconhecido, como elemento chave da teoria geral das obrigações, pode se configurar, tão-só, na incidência da prescrição ou da decadência, nos casos previstos em lei (CC, artigos 205 e segs.), ligadas que são ao princípio da segurança jurídica.
- c) O dano moral por ricochete envolve as lesões extrapatrimoniais sofridas diretamente pela vítima do evento e por terceira pessoa a ela relacionada. O dano estético deve ser incluído, em caso de condenação, nos danos morais, cujo arbitramento se dá pelo método trifásico. A aplicação da teoria da perda de uma chance exige a comprovação da existência do dano final, mediante a prova da certeza da chance perdida, o objeto de reparação.
- d) O prejuízo causado por mais de um agente pode ser reparado integralmente à vítima por aquele que obrou com menor grau de culpa no evento, pois, em regra, há solidariedade passiva entre os autores e co-autores do dano. Neste caso, a prescrição da pretensão por reparação civil se dá em 03 anos.

19. Acerca do direito das coisas é CORRETO afirmar:

- a) A usucapião de coisa móvel na forma ordinária tem como requisitos: posse de boa-fé, mansa, pacífica, contínua e justa com *animus domini* pelo prazo de 4 (quatro) anos.
- b) As servidões podem ser estabelecidas sobre imóveis diferentes, mesmo que tenham o mesmo titular.
- c) As servidões podem ser estabelecidas a título oneroso ou gratuito.
- d) O direito real de usufruto pode ser transmitido na forma de legado de usufruto.

20. Quanto ao pagamento das obrigações, é CORRETO afirmar que:

- a) Presumem-se a cargo do credor as despesas com o pagamento e quitação.
- b) Dívida quesível é aquela cuja prestação deve ser entregue pelo devedor, no domicílio do credor.
- c) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a se sub-rogar na obrigação.
- d) As obrigações a termo poderão ser exigidas pelo credor, antes do vencimento, em circunstâncias excepcionais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**21. Sobre a fase de conhecimento do procedimento comum, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O despacho saneador não pode possuir caráter ou conteúdo decisório.
- b) Se o réu não contestar, incidirão, necessariamente, os efeitos da revelia.
- c) De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.
- d) A audiência de conciliação ou de mediação deverá ser presidida pelo juiz da causa.

22. Sobre o instituto da fraude à execução, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Deve ser reconhecida dentro de um prazo decadencial de quatro anos a contar da prática do

ato fraudulento.

- b) Havendo averbação premonitória e alienação do bem que reduza o executado à insolvência, a presunção de fraude será relativa.
- c) Não é possível averbar provimentos de natureza cautelar, mas, somente, executiva, para fins de reconhecimento de fraude à execução.
- d) No caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.

23. Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA.

- a) Apelação é o recurso interposto do pronunciamento judicial que aprecia tutelas provisórias.
- b) Os pronunciamentos judiciais consistem em sentença, decisões interlocutórias e despachos, os quais são todos recorríveis .
- c) Os embargos infringentes é uma modalidade de recurso existente no atual CPC .
- d) Para a admissibilidade do recurso interposto por terceiros é necessário que se demonstre a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou possa discutir em juízo como substituto processual.

24. Sobre as ações possessórias, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O objeto da ação possessória destina-se à proteção tanto da posse quanto do domínio, razão pela qual, seja ao autor ou ao réu é facultado fazer pretensão voltada para a satisfação da propriedade no curso de demanda possessória.
- b) Não se admite a concessão de liminar em ação possessória, independentemente da data em que consta a agressão à posse, pouco importando se tratar de posse de força nova ou posse de força velha, para fins de obtenção de liminar.
- c) As ações possessórias possuem natureza dúplice, motivo pelo qual é permitido ao réu efetuar pedido contraposto contra o autor da demanda, facultando-se a este, tanto a formulação de pedido de proteção possessória, quanto a cumulação com pedido indenizatório, por prejuízos sofridos em decorrência da conduta do autor.
- d) É legalmente incabível aplicação do princípio da fungibilidade nas demandas possessórias, de modo que, em havendo perda da posse do bem objeto da ação possessória o autor deve, necessariamente, ingressar com ação de reintegração de posse, sob pena de indeferimento da petição inicial, de plano.

25. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ajuizada ação de execução (fundada em título extrajudicial), ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo executado, e mandará citá-lo para que pague a dívida no prazo de 03(três) dias, contados da citação, ciente que, caso o faça integralmente, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade.
- b) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento visando obter título executivo judicial, por lhe faltar interesse jurídico.
- c) O exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz (nela devendo constar a identificação das partes e do valor da causa) para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade. Concretizada a averbação, caberá ao exequente, no prazo de 10 (dez) dias, comunicar ao juízo as averbações efetivadas e, formalizada a penhora sobre bens suficientes para cobrir o valor da dívida, lhe caberá providenciar, também no prazo de 10 (dez) dias, o cancelamento das averbações relativas àqueles não penhorados.

d) É assegurado ao executado o exercício da ampla defesa, daí porque nos embargos à execução poderá alegar toda e qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento, inclusive eventual causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição.

26. Fulano propõe execução de título extrajudicial contra Beltrano e Cicrano. Beltrano e Cicrano são amigos, e o primeiro é emitente da cártula, enquanto o segundo, avalista. Trata-se de uma nota promissória. Beltrano é citado no dia 9 de março, sexta-feira, e Cicrano, no dia 25 de maio, sexta-feira. O mandado de citação de Beltrano é juntado aos autos da execução no dia 13 de abril, uma sexta-feira, e o de Cicrano, no dia 30 de maio, uma quarta-feira.

Considerando o enunciado acima, e desconsiderando eventuais feriados, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O prazo final para ambos proporem embargos à execução tempestivamente será o dia 20 de junho.
- b) O prazo final para ambos proporem embargos à execução tempestivamente será o dia 15 de junho.
- c) O prazo final para Beltrano propor embargos à execução tempestivamente será o dia 04 de maio, e para Cicrano, o dia 20 de junho.
- d) O prazo final para Beltrano propor embargos à execução tempestivamente será o dia 30 de março, e para Cicrano, o dia 15 de junho.

27. Sobre a sucumbência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as custas e os honorários advocatícios.
- b) Se a parte vencida for beneficiária da Justiça Gratuita, ficará isenta do pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência.
- c) Não há condenação em sucumbência nas ações em que a União for vencedora.
- d) Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o grau de zelo do profissional; o lugar de prestação do serviço; a natureza e a importância da causa; o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

28. Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA.

- a) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida.
- b) Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá o outro aderir e este (recurso adesivo), não está subordinado ao recurso independente.
- c) O recurso adesivo é admissível somente na apelação.
- d) O recurso adesivo será conhecido, mesmo ser houver desistência do recurso principal. d) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida.

29. A respeito da ação de consignação em pagamento, é CORRETO afirmar:

- a) A competência da ação de consignação em pagamento firma-se sempre no lugar do domicílio do credor da obrigação, no plano do direito material, independentemente da existência de cláusula de eleição de foro, estabelecida entre as partes.
- b) Havendo litisconsórcio passivo na ação em consignação em pagamento, em que fora deferido o depósito liminar, a apresentação de contestação por vários réus jamais pode implicar a declaração de extinção da obrigação com relação ao autor, no curso do procedimento, porquanto

não se admite a sua exclusão da ação em momento distinto da prolação sentença final, oportunidade adequada para o julgamento de todos os pedidos da demanda.

c) O objetivo principal da ação em consignação em pagamento é conferir ao autor da ação o efeito liberatório, semelhante à quitação. Caso não haja a transferência do bem consignado para a propriedade dos réus, como ocorre no caso de revelia destes, é possível o prosseguimento da ação, com a aplicação do procedimento inerente à arrecadação de coisas vagas.

d) Não se admite a aplicação de institutos e procedimentos constantes da ação de consignação em pagamento, previstos no Código de Processo Civil, em ações fundadas em relações locatícias ou tributárias, mesmo diante da inexistência de dispositivo específico constante da lei de locações (Lei n.º 8.245/91), tampouco do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66).

30. Em relação ao cumprimento de sentença, é CORRETO afirmar:

a) Instaurada a fase de cumprimento de sentença, como regra geral, o devedor será intimado pessoalmente, sob pena de nulidade, para efetuar o pagamento do débito no prazo de 15(quinze) dias, independentemente de haver advogado constituído nos autos, já que, em caso de inércia, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

b) Se o requerimento de instauração da fase de cumprimento da sentença tiver sido formulado após um ano do trânsito em julgado da sentença, a intimação do devedor para efetuar o pagamento do débito no prazo de 15(quinze) dias será efetuada na pessoa do devedor, pessoalmente, e não na pessoa do seu advogado pelo Diário da Justiça.

c) No tocante ao foro, o cumprimento de sentença deverá se realizar, necessariamente, no juízo que decidiu o causa no primeiro grau de jurisdição, por se tratar de regra de competência absoluta e por constituir apenas uma fase subsequente à fase de conhecimento. Caso os bens penhorados estejam situados fora da comarca, será deprecada a sua avaliação e alienação. Logo, não é possível ao credor escolher outro foro para o processamento da fase de cumprimento da sentença.

d) Reconhecida a obrigação de pagar por sentença judicial, poderá esta ser levada a protesto desde que, interposto recurso de apelação, não lhe tenha sido conferido efeito suspensivo.

DIREITO PENAL

31. Em relação à aplicação da lei penal no tempo, o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria:

- a) Da ação.
- b) Do resultado.
- c) Da ubiquidade.
- d) Da qualificação.

32. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.072/90 (Hediondos) julgue os itens a seguir indicando quais a lei considera como inafiançáveis e insuscetíveis de graça, anistia ou indulto:

- a) Homicídio qualificado, lesão corporal de natureza grave e extorsão qualificada pela morte.
- b) Homicídio praticado em atividade de extermínio, lesão corporal seguida de morte e epidemia com resultado lesão gravíssima.
- c) Extorsão qualificada pela morte, homicídio qualificado e lesão corporal seguida de morte.
- d) Estupro, homicídio praticado em atividade de extermínio e lesão corporal de natureza grave.

33. Sobre o crime de omissão de socorro, assinale a assertiva CORRETA:

- a) Trata-se de crime comissivo próprio.

- b) Trata-se de crime omissivo próprio.
- c) Trata-se de crime omissivo impróprio.
- d) Trata-se de crime comissão por omissão.

34. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I - O objeto jurídico tutelado no crime de estupro vai além da integridade física, visa-se a tutela da liberdade sexual tanto do homem quanto da mulher, através da proteção de qualquer ato libidinoso, conjunção carnal ou não, ocorridos contra a vontade do indivíduo.

II - A conduta criminosa prevista no art. 213 do CP trata-se de crime próprio, desta forma, só poderá ser praticado por um homem contra uma mulher.

III - A doutrina entende, atualmente, que mesmo o marido pode ser sujeito ativo de crime de estupro contra a esposa, podendo, inclusive, responder por violência contra a mulher.

IV - O crime de assédio sexual (art. 216, A do CP) é crime bipróprio, ou seja, exige uma situação especial tanto do sujeito ativo quanto do sujeito passivo. Para sua caracterização, é necessário que o agente seja superior hierárquico ou tenha ascendência com relação ao ofendido, estando, portanto, em posição de mando em relação à vítima. Com relação ao sexo, o agente pode ser homem ou mulher.

- a) Apenas a assertiva II está incorreta.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

35. Sobre o crime de homicídio, é CORRETO afirmar:

- a) É crime permanente.
- b) Não pode ocorrer na forma omissiva.
- c) É crime instantâneo de efeitos permanentes.
- d) Classifica-se como crime hediondo em todas as hipóteses.

36. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I - O crime de falsificação de documento particular se consuma com a realização da falsificação pelo agente. Não é necessário que o documento venha a ser utilizado para a configuração do crime, pois trata-se de crime de mera conduta e crime de perigo.

II - O agente que cometer o crime de falsificação de documento com o fim específico de utilizá-lo para cometer fraude, ou seja, estelionato, não poderá ser imputado com o crime de falsificação de documento, pois o agente na verdade falsificou o documento para usá-lo, portanto, o crime meio, neste exemplo, ocorreu única e exclusivamente para o a consumação do crime fim, qual seja, o estelionato.

III - Para que seja considerada falsidade ideológica e não material, o documento precisa possuir vício em seu conteúdo, e não em sua forma (formalmente, o documento é perfeito).

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

37. Assinale a assertiva CORRETA, em relação ao crime de peculato:

- a) O particular pode ser sujeito ativo do crime de peculato, desde que atue juntamente com um funcionário público e saiba desta condição.
- b) Por ser crime funcional, não pode ter, em hipótese alguma, o particular como sujeito ativo.
- c) No ordenamento jurídico brasileiro, é punível o peculato de uso.

d) Pode ter por objeto bem móvel ou imóvel.

38. Sobre a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), assinale a opção CORRETA:

- a) A fim de verificar a classificação e definição das infrações penais se faz necessário consultar parte final do Estatuto do Desarmamento, vez que consta em suas disposições gerais o rol de armamentos restritos, permitidos ou proibidos.
- b) Em nenhum caso será admitida a substituição de penas restritivas de direitos, haja vista a violência intrinsecamente ligada ao comércio e utilização de armas de fogo.
- c) Para a tipificação do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido não é necessário que o armamento esteja municiado.
- d) A identificação de um sujeito em via pública portando arma branca na cintura, dada a ausência de tipificação penal na legislação específica para porte de arma branca, deve ser considerada como conduta atípica, não configurando fato punível.

39. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) O crime de extorsão consuma-se no momento da obtenção da vantagem indevida.
- b) O crime de extorsão se classifica, pela majoritária doutrina, como material.
- c) O crime de extorsão se classifica, pela majoritária doutrina, como de mera conduta.
- d) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.

40. Marcela, após ter retornado de uma festa de sua empresa, foi espancada por Thiago, seu marido, após este verificar uma foto da esposa com os colegas de trabalho de seu setor, visto que o mesmo não admitia que a esposa mantivesse contato ou qualquer relação de amizade com outros homens. Imediatamente, Marcela, se dirigiu até a Delegacia de Polícia e declarou o relato de que o agressor voltasse a agredi-la e o fato de não ter para onde ir. Em face do caso hipotético apresentado, assinale a opção CORRETA com base no que dispõe a Lei nº 11.340/2006:

- a) O Juiz, ao receber o expediente e a comunicação dos fatos, somente poderá decretar a prisão preventiva de ofício se houver ação penal ajuizada.
- b) A lei assegura expressamente o dever da autoridade policial fornecer transporte para Marcela a local seguro, bem como o acompanhamento ao domicílio para retirada de seus pertences.
- c) Antes de deferir as medidas protetivas de urgência, de acordo com disposição expressa em lei, é imprescindível a oitiva prévia de Thiago, sob pena de não conferir direito ao contraditório e ampla defesa.
- d) Antes a urgência da situação pode ser deferida medidas protetivas de urgência, como o afastamento do lar do agressor, de ofício pela autoridade policial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Considerando os princípios gerais que regem o processo penal, é EQUIVOCADO afirmar:

- a) O estado de inocência impede a decretação de medidas constritivas de liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) O princípio in dubio pro reo não é aplicável em todos os momentos processuais, como por exemplo quando do recebimento da denúncia e da prolação da sentença de pronúncia.
- c) O denominado princípio da identidade física do juiz vigora no processo penal, embora a jurisprudência tenha amenizado sua interpretação, admitindo exceções na prática.
- d) O princípio da obrigatoriedade ou legalidade não é aplicável a todas as espécies de ação penal.

42. Em relação às características do inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É procedimento dispensável, podendo haver o ajuizamento da ação penal sem sua confecção. Todavia, uma vez realizado e se servir de base para a formação da opinio delicti, deve ser juntado à ação proposta.
- b) A conclusão do relatório final da autoridade policial vincula a posição Ministério Público para oferecimento ou não de denúncia.
- c) Uma vez arquivado o inquérito, via de regra não poderá ser reaberta a investigação sobre o fato.
- d) Não há contraditório, mas é admitido o exercício da ampla defesa já nesta fase da persecutio criminis.

43. A prova no processo penal é tratada de forma muito especial no tocante à iniciativa, produção e momento de apresentação, sendo, todavia, ERRÔNEO afirmar:

- a) Corpo de delito indireto é aquele realizado por raciocínio dedutivo, através de prova testemunhal.
- b) Somente a autoridade judicial pode determinar a realização de perícia, tanto na fase judicial como na inquisitorial.
- c) Pode o juiz determinar de ofício a produção de prova para esclarecer dúvida sobre ponto relevante.
- d) A confissão pode se dar durante o interrogatório, momento de autodefesa e produção de prova, sendo todavia retratável, divisível e de valor relativo.

44. Nos termos da Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95), assinale a alternativa que NÃO PODE ser considerada verdadeira:

- a) O benefício da suspensão condicional do processo (sursis processual) aplica-se também a delitos que não são considerados de menor potencial ofensivo.
- b) Delito de menor potencial ofensivo é aquele cuja pena mínima não supere dois anos.
- c) O benefício da transação penal somente é cabível nos casos de delitos que são da competência dos Juizados Especiais Criminais.
- d) Diante da complexidade do feito ou do número de autores, é possível que o processo relativo a delito de menor potencial ofensivo seja remetido ao juízo penal comum.

45. Quanto às nulidades no âmbito do processo penal, aponte dentre as assertivas abaixo aquela que pode ser considerada CORRETA:

- a) Segundo o princípio do prejuízo, qualquer parte pode postular a nulidade de um ato, mesmo que não tenha sido atingida, pois os efeitos prejudiciais atingem o processo.
- b) O princípio da convalidação atinge qualquer tipo de nulidade, desde que as partes, de alguma maneira, concordem com a validade do ato.
- c) O princípio da causalidade dispõe que a invalidade de um ato implica na nulidade de quaisquer atos posteriormente praticados a este.
- d) Conforme o princípio da instrumentalidade das formas, não se decreta a nulidade de um ato se este, mesmo que praticado de forma diversa da prevista em lei, atingir sua finalidade.

46. Segundo o Código de Processo Penal, os procedimentos sumário e ordinário têm cabimento nos seguintes casos, respectivamente:

- a) Crimes apenados com detenção e crimes apenados com reclusão.
- b) Crimes cuja pena máxima seja de até 04 (quatro) anos, inclusive, e crimes de pena superior a quatro anos.

- c) Crimes cuja pena máxima não supere 04 (quatro anos) e crimes de pena igual ou superior a tal.
- d) Crimes de menor potencial ofensivo e as contravenções penais e, por exclusão, os demais crimes.

47. No que tange à ação penal, suas características e princípios, indique a alternativa EQUIVOCADA:

- a) A representação, na ação penal pública condicionada, somente pode ser dirigida à autoridade judicial, que a encaminhará ao Ministério Público ou à autoridade policial.
- b) São princípios inerentes à ação penal pública: oficiosidade, indisponibilidade, indivisibilidade, intranscendência, oficialidade e obrigatoriedade.
- c) A ação penal privada divide-se em exclusiva, subsidiária da pública e personalíssima.
- d) São princípios da ação penal privada: oportunidade, indivisibilidade, disponibilidade e intranscendência.

48. O Assistente da Acusação pode tomar parte no processo penal, reforçando a acusação e velando pela correta aplicação da lei penal, do seu ponto de vista. Quanto a esta participação, aponte a assertiva que NÃO PODE ser considerada verdadeira:

- a) É permitido ao assistente da acusação habilitar-se, nesta condição, desde a fase do inquérito policial e durante todo o curso do processo, inclusive em instância superior, desde que não tenha transitado em julgado a sentença penal condenatória.
- b) O assistente da acusação, considerando sua importância processual, é denominado de “parte contingente” no processo.
- c) O Código de Processo Penal não prevê recurso contra a decisão que não admitir o assistente da acusação no feito, mas a doutrina e a jurisprudência admitem o manejo de mandado de segurança ou correição parcial (reclamação).
- d) Por lógica, o Código não prevê a possibilidade de habilitação de assistente da acusação em ação penal. privada

49. São essenciais os atos de comunicação processual para a validade e regular andamento do processo. Sobre o tema em comento é INCORRETO afirmar:

- a) Efetuada citação por edital ou por hora certa, caso o réu não compareça ou constitua defensor, o juiz determinará a suspensão do processo e do curso da prescrição.
- b) Os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública devem ser intimados pessoalmente.
- c) O defensor constituído, o advogado do querelante e do assistente serão intimados por publicação oficial, sendo esta dispensada se realizada intimação pessoal.
- d) O servidor público militar será citado através do seu superior hierárquico (chefe do respectivo serviço).

50. No que tange aos recursos no Processo Penal, aponte a alternativa que PODE ser tida como acertada:

- I - O Tribunal pode diminuir eventual pena aplicada ao acusado, mesmo se houver recurso exclusivo da acusação.**
- II - A revisão criminal não possui prazo para seu ajuizamento, podendo ser manejada mesmo após o cumprimento da pena.**
- III - Os embargos infringentes e de nulidade são recursos exclusivos da defesa no Código de Processo Penal comum.**
- IV - Qualquer parte pode desistir do recurso que haja interposto, desde que não tenha**

ainda sido julgado.

V – O recurso em sentido estrito é cabível contra decisões exaradas na execução da pena, como por exemplo no caso de revogação do livramento condicional.

- a) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV são falsas.
- c) As assertivas II e V são falsas.
- d) Somente a assertiva V é falsa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. O princípio que instrumentaliza a Administração para a revisão de seus próprios atos, consubstanciando um meio adicional de controle da sua atuação e, no que toca ao controle de legalidade, representando potencial redução do congestionamento do Poder Judiciário, denomina-se:

- a) Razoabilidade.
- b) Proporcionalidade.
- c) Autotutela.
- d) Eficiência.

52. São elementos nucleares do poder discricionário da administração pública, passíveis de valoração pelo agente público:

- a) A conveniência e oportunidade.
- b) A forma e a competência.
- c) O sujeito e a finalidade.
- d) A competência e o mérito.

53. É exemplo da desconcentração, tal como entendida pela doutrina administrativa, a criação de:

- a) Uma agência reguladora.
- b) Uma empresa pública.
- c) Uma fundação pública.
- d) Um ministério.

54. Analise a opção em que a responsabilidade civil dar-se-á de forma subjetiva.

- a) Responsabilidade pela omissão também chamada de serviço deficiente ou falta do serviço.
- b) Responsabilidade do Estado pelo ato comissivo ensejador de dano que seu agente cause a terceiro.
- c) Responsabilidade dos prestadores de serviço público por ato comissivo causador de dano ao usuário do serviço.
- d) Responsabilidade pela omissão ensejadora de serviço deficiente, ocasionando dano nuclear.

55. Nos termos da legislação federal vigente, NÃO HÁ exigência expressa de motivação dos atos administrativos que:

- a) Dispensem licitação.
- b) Suspendam outros atos administrativos.
- c) Exonerem servidor ocupante de cargo em comissão.
- d) Decorram de reexame de ofício.

56. No que se refere ao controle dos atos administrativos, é CORRETO afirmar que

possuem efeitos retroativos:

- a) A revogação, a anulação e a convalidação de tais atos.
- b) Apenas a anulação e a convalidação de tais atos.
- c) A revogação e a anulação de tais atos, apenas.
- d) Apenas a revogação e a convalidação de tais atos.

57. Sobre a competência, no âmbito do processo administrativo na Administração Pública Federal, é CORRETO afirmar:

- a) A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- b) O ato de delegação é irrevogável.
- c) Em qualquer caso, a avocação é proibida.
- d) A decisão de recursos administrativos não pode ser objeto de delegação.

58. Assinale a opção CORRETA acerca da estabilidade assegurada pela Constituição Federal aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

- a) São estáveis após dois anos de efetivo exercício.
- b) Até que seja adequadamente aproveitado em outro cargo, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando o cargo que ocupar for declarado desnecessário ou extinto.
- c) O procedimento de avaliação periódica de desempenho não pode ensejar a perda do cargo do servidor público estável.
- d) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade, garantida a remuneração integral.

59. Como regra geral, a alienação de bens imóveis da administração pública será precedida de avaliação e realizada por meio de licitação na modalidade de:

- a) Concorrência.
- b) Tomada de preços.
- c) Convite.
- d) Pregão.

60. Quanto às características dos bens públicos, analise os itens abaixo e assinale opção CORRETA.

I. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservam a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

II. Os créditos de terceiros contra a Fazenda Pública, em virtude de sentença judicial, são pagos por meio de precatórios, conforme disposto no artigo 100 da Constituição Federal, uma vez que os bens públicos não se sujeitam ao regime de penhora.

III. Apenas os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são imprescritíveis, ou seja, insuscetíveis de aquisição por usucapião.

IV. A alienação dos bens públicos imóveis, em qualquer dos Poderes, depende de autorização do chefe máximo do Poder a que está submetido o órgão alienante.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas estão corretos os itens I e II.
- c) Apenas estão corretos os itens I e III.

d) Apenas estão corretos os itens II e IV.

| |
|---------------------------|
| DIREITO TRIBUTÁRIO |
|---------------------------|

61. No que se refere ao lançamento tributário, pode-se afirmar CORRETAMENTE que:

- a) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado.
- b) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- c) Lançamento por declaração é a modalidade na qual o sujeito passivo apura e recolhe o tributo devido, sem qualquer prévio exame da autoridade administrativa competente.
- d) Anulado o lançamento tributário por vício formal, quando através de decisão administrativa, fica impedido o Fisco de efetuar novo lançamento para constituição do crédito tributário.

62. Assinale, a opção que, segundo decorre do Código Tributário Nacional, contém afirmação VERDADEIRA:

- a) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- b) A dívida ativa na qual exista erro ou omissão apenas de requisitos formais não é eivada de nulidade.
- c) A nulidade da CDA (certidão de dívida ativa) poderá ser sanada mesmo após o ajuizamento da execução fiscal, a qualquer momento ou instância processual, mediante substituição da certidão nula. Neste caso, deve ser reaberto prazo ao sujeito passivo para defesa, caso esta já tenha sido apresentada, ou reaberto prazo recursal, caso a substituição se dê após a sentença.
- d) O contribuinte contra o qual conste créditos tributários já inscritos em dívida ativa e com a execução fiscal ajuizada, mesmo que garantida por penhora do valor total executado, não possui direito a obter certidão negativa com efeitos de negativa.

63. Quanto à competência e aos poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da aplicação da legislação tributária, é CORRETO afirmar que:

- a) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários e decadência de lançamento decorrentes das operações a que se refiram.
- b) Ainda que mediante intimação escrita, os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício não são obrigados por Lei a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.
- c) A obrigação de prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros abrange inclusive a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
- d) Inexistência de divulgação por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

64. Considerando a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal acerca da legislação tributária, é CORRETO afirmar que:

- a) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- b) O princípio da anterioridade sujeita norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária.
- c) A lei poderá estabelecer alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de

bens imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.

d) A ação penal por crime de sonegação fiscal é pública e condicionada, demandando em todos os casos a comprovação da existência de inscrição na dívida ativa.

65. Em reflexo da natural evolução das cidades, as áreas rurais são aos poucos englobadas à área urbana dos Municípios. Sobre o tema, é CORRETO afirmar que:

a) Um imóvel localizado na área urbana do Município, mesmo que utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, é sempre sujeito ao pagamento de IPTU.

b) Para a definição entre o pagamento de IPTU ou ITR, analisa-se a destinação conferida ao imóvel e não sua localização.

c) De um mesmo imóvel é possível exigir o pagamento simultâneo de IPTU e ITR.

d) Um imóvel inserido no perímetro urbano por Lei Municipal e servido por pelo menos dois melhoramentos urbanos é sempre sujeito ao pagamento de IPTU.

66. Sob a sistemática da Repercussão Geral, o Supremo Tribunal Federal decidiu recentemente acerca da composição de impostos na base de cálculo do PIS e da COFINS. Sobre o caso, é CORRETO afirmar que:

a) O Supremo Tribunal Federal decidiu que o ISS deve ser excluído da base de cálculo da COFINS e da contribuição ao PIS.

b) O ICMS e o ISS são tributos que adotam o regime não cumulativo de apuração e, por tal razão, declarou o Supremo Tribunal Federal a impossibilidade dos valores correspondentes a estes impostos integrarem a base de cálculo do PIS e da COFINS.

c) Conforme orientação adotada no julgamento referido, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o ICMS deve integrar a base de cálculo do PIS e da COFINS.

d) O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS.

67. Sobre a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), assinale a alternativa CORRETA:

a) O fato gerador da TCFA é o serviço prestado de exercício de poder de polícia, consistente no controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais pelo IBAMA.

b) Ainda que não exerça atividade potencialmente poluidora e/ou utilizadora de recursos ambientais, a empresa está sujeita à cobrança da TCFA.

c) A cessação de atividades da empresa, quando não formalizada a comunicação ao órgão ambiental, não basta para afastar eventual cobrança referente à TCFA.

d) A sujeição da matriz de empresa à obrigatoriedade de registro no Cadastro Técnico Federal e ao pagamento da TCFA implica automaticamente no mesmo dever para suas filiais.

68. Dionísio possui uma casa no Município de Piraporinha. Hoje, 10/05/2018 ele recebeu Notificação Fiscal de diferenças de IPTU referente a uma edícula (churrasqueira/“puxadinho”) que ele fez no terreno, com área de 50m². Os lançamentos se referem a IPTU de 2012 e 2013. Nesse contexto, responda:

a) A constituição do crédito tributário está correta com relação aos anos de 2012 e 2013, não ocorreu decadência

b) Ocorreu a decadência com relação ao IPTU de 2012 mas não com relação ao IPTU de 2013, pois os 5 anos contam-se a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao que o lançamento poderia ter sido efetuado

c) Ocorreu a decadência com relação ao IPTU de 2012 mas não com relação ao IPTU de 2013,

pois os 5 anos contam-se a partir da ocorrência do fato gerador

d) A constituição do crédito tributário está incorreta, pois entre a ocorrência dos fatos geradores (01/JAN/2012 e 01/JAN/2013) e a data da ciência (10/08/2018) passaram-se mais de 5 anos

69. A pessoa jurídica Pé-de-Moleque Comércio de Alimentos LTDA. recebeu em janeiro de 2012 uma notificação fiscal de ICMS no valor de R\$ 12.000,00, referente a vendas não declaradas em fevereiro de 2011. Em 2015 efetuou um parcelamento em 36 meses, pagando 24 parcelas (2 anos). E neste ano de 2018, a execução fiscal é ajuizada para a cobrança das diferenças. Em tal cenário, é CORRETO afirmar que o crédito tributário está:

- a) Extinto por força da prescrição
- b) Extinto por força da decadência
- c) Íntegro e exigível, devendo a execução fiscal ter curso normal para obter a satisfação do crédito.
- d) Com sua exigibilidade suspensa por força do parcelamento

70. A pessoa jurídica Empório São Matheus Ltda. adquiriu o estabelecimento empresarial da empresa Artemis da Silva EIRELI. O motivo da alienação do estabelecimento por Artemis é que ela passou no concurso para Juiz do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, não podendo mais exercer atividade empresarial. Ocorre que a pessoa jurídica Artemis da Silva EIRELI possuía um crédito tributário de ICMS regularmente constituído, mas pendente de reclamação junto ao Tribunal Administrativo Tributário de Santa Catarina – TAT. Nesse panorama, assinale a assertiva que descreve CORRETAMENTE a sujeição passiva com relação a este débito de ICMS:

- a) apesar de a pessoa jurídica Artemis da Silva EIRELI ser a contribuinte do imposto, a pessoa jurídica Empório São Matheus terá responsabilidade solidária por ser a adquirente do estabelecimento empresarial
- b) apesar de a pessoa jurídica Artemis da Silva EIRELI ser a contribuinte do imposto, a pessoa jurídica Empório São Matheus terá responsabilidade subsidiária por ser a adquirente do estabelecimento empresarial
- c) apesar de a pessoa jurídica Artemis da Silva EIRELI ser a contribuinte do imposto, a pessoa jurídica Empório São Matheus terá responsabilidade integral por ser a adquirente do estabelecimento empresarial
- d) a pessoa jurídica Empório São Matheus, na qualidade de adquirente do estabelecimento empresarial, torna-se contribuinte deste ICMS já constituído

DIREITO EMPRESARIAL

71. De acordo com a Lei nº 11.101/05, que trata da recuperação judicial da empresa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pode requerer a recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 1 (um) ano e que dentre outros requisitos elencados na Lei Falimentar, não tenha há mais de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial.
- b) O plano especial de recuperação judicial será apresentado no prazo previsto na Lei Falimentar e preverá, além de outras condições elencadas na referida Lei, o parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas e preverá, acrescidas de juros equivalentes à taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), podendo conter

- ainda a proposta de abatimento do valor das dívidas e deverá conter os dados elencados na Lei.
- c) O plano de recuperação extrajudicial aplica-se, indistintamente, a titulares de todas as classes de créditos e poderá ser homologado em juízo a pedido do devedor ou dos credores.
- d) Na recuperação judicial, o administrador judicial será profissional idôneo, advogado, economista, administrador de empresas ou contador ou pessoa jurídica especializada e terá o valor e a forma de pagamento da remuneração fixados pelos credores.

72. A Lei nº 11.101/05, ao estabelecer a ordem de pagamento aos credores, trata do assunto, ao classificar os créditos. Com base na legislação pertinente, assinale dentre as alternativas abaixo, a CORRETA:

- a) Os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor e os decorrentes de acidente de trabalho, serão pagos com precedência a todos os demais créditos na falência.
- b) Os créditos quirografários prevalecem os créditos tributários e os créditos com garantia real.
- c) Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, serão pagos após o pagamento das restituições.
- d) As remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, e créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho, relativos a serviços prestados após a decretação da falência, são considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência aos créditos concursais.

73. Segundo a Lei nº 11.101/05, que disciplina a recuperação ea falência da empresa devedora, assinale, dentre as alternativas abaixo, a INCORRETA:

- a) As obrigações a título gratuito não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência do devedor.
- b) O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas na Lei Falimentar em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo.
- c) Extingue-se as obrigações do falido o pagamento, depois de realizado todo o ativo, de mais de 40% (quarenta por cento) dos créditos quirografários, sendo facultado ao falido o depósito da quantia necessária para atingir essa porcentagem se para tanto não bastou a integral liquidação do ativo.
- d) A sentença que decretar a falência do devedor, fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 90 (noventa) dias contados do pedido de falência, do pedido de recuperação judicial ou do 1º (primeiro) protesto por falta de pagamento, excluindo-se, para esta finalidade, os protestos que tenham sido cancelados.

74. Segundo a Lei nº 6.404/76, que disciplina a Sociedade Anônima, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa CORRETA:

- a) Na sociedade anônima, as ações preferenciais conferem aos seus titulares o direito de voto e as ações ordinárias a prioridade na distribuição de dividendos.
- b) Na sociedade anônima, o capital social é dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, mas todos respondem solidariamente até a total integralização do capital social.
- c) A sociedade anônima será designada por firma ou denominação acompanhadas das expressões “companhia”, ou “sociedade anônima”, expressas por extenso, utilizadas no início ou no final do nome.
- d) Na sociedade anônima, somente podem ser eleitos para o conselho fiscal pessoas naturais,

residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

75. Segundo o Código Civil, que trata a Sociedade Limitada, assinale, dentre as alternativas abaixo, a CORRETA:

- a) Na sociedade limitada, as deliberações dos sócios serão tomadas em reunião e em assembleia, conforme previsto no contrato social. A deliberação em assembleia será obrigatória se o número dos sócios for dez.
- b) Na sociedade limitada, o capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, mas é vedada contribuição para o capital social que consista em prestação de serviços.
- c) Na sociedade limitada, a administração atribuída no contrato social a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- d) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado, não sendo, permitido, portanto, a designação, como administradores, de pessoas não sócias.

76. De acordo com a legislação brasileira, que trata sobre os títulos de crédito, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a INCORRETA:

- a) O pagamento de uma letra de câmbio pode ser no todo ou parte garantido por aval, que pode ser dada por um terceiro ou mesmo por um signatário da letra de câmbio.
- b) No ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma só duplicata para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador. Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura.
- c) O cheque é uma ordem de pagamento, pagável à vista ou a prazo, e emitida contra banco ou instituição financeira e que prescreve em 6 (seis) meses, contados da data da sua apresentação.
- d) O subscritor de uma nota promissória é responsável da mesma forma que o aceitante de uma letra de câmbio.

77. De acordo com a legislação brasileira, que trata sobre a reorganização societária, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa CORRETA:

- a) A transformação é a operação pela qual a sociedade passa de um tipo para outro e que ocorre a dissolução ou liquidação das sociedade transformada.
- b) A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
- c) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações e que origina uma nova personalidade jurídica.
- d) A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma outra sociedade e tem que ser sempre total.

78. De acordo com o Código Civil, que trata sobre o Direito de Empresa, assinale, dentre as alternativas abaixo, a INCORRETA:

- a) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- b) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- c) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alinear os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

d) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, independentemente do regime de casamento.

79. De acordo com o Código Civil, que trata do direito societário, assinale, dentre as alternativas abaixo, a CORRETA:

- a) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio participante, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- b) Na sociedade em nome coletivo, pessoas físicas e pessoas jurídicas podem tomar parte na sociedade, respondendo todos os sócios, limitadamente, pelas obrigações sociais.
- c) A sociedade cooperativa é sempre uma sociedade simples e que tem, dentre outras, a característica da intransferibilidade das quotas do capital social a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.
- d) Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis limitadamente pelas obrigações sociais e os comanditários, pessoas físicas, obrigados solidária e ilimitadamente pelo valor de suas quotas.

80. De acordo com a Lei n. 7.357/1985, que trata sobre o cheque, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a INCORRETA:

- a) No cheque, o aval deve indicar o avalizado. Na falta de indicação, considera-se avalizado o emitente.
- b) No cheque, feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece esta no caso de divergência.
- c) A morte do emitente do cheque ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.
- d) O portador do cheque não pode recusar pagamento parcial e, nesse caso, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.

LINGUA PORTUGUESA

81. Assinale a única alternativa que está de acordo com a Norma Padrão da Língua Portuguesa, em se tratando sobre o uso CORRETO da crase:

- a) “Correta a incidência do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que o autor é hipossuficiente, a alegação é verossímil e os serviços que as instituições financeiras colocam a disposição dos clientes estão regidos pelas normas constante na Lei nº 8.078/90.”
- b) “O não comparecimento injustificado a audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (CPC/2015, art.334,§8º).”
- c) Manobra de marcha à ré que violou o dever de diligência.
- d) “Subtração comprovadamente praticada a noite”.

82. Assinale a única alternativa que está de acordo com a Norma Padrão da Língua Portuguesa, em se tratando sobre o uso CORRETO da crase:

- a) Início do cômputo do prazo à partir do trânsito em julgado.
- b) "MERCADORIA EXTRAVIADA APÓS O ATRACAMENTO DA EMBARCAÇÃO. MEDIAÇÃO À BORDO. REGULARIDADE. DIFERENÇA CONSTATADA APÓS A DESCARGA DO PRODUTO."
- c) Devido a natureza de alimentação do consumidor, se a ocorrência for proveniente da rede de

distribuição, boa parte dos consumidores atendidos pelo mesmo alimentador seria afetada, o que resultaria um número expressivo de pedidos de ressarcimento.

d) ALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA À DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

83. Dadas as seguintes regras da última reforma ortográfica em relação à acentuação dos ditongos abertos, assinale a alternativa que apresenta palavra(s) em DESACORDO com ela(s):

Acentuação

Base VIII, Parágrafo 1º

Acentuam-se com acento agudo:

d) As palavras oxítonas com ditongos abertos grafados -éi, éu ou ói, podendo estes dois últimos ser seguidos ou não de -s;

Base IX, Parágrafo 3º

Não se acentuam graficamente os ditongos representados por ei e oi da sílaba tônica das palavras paroxítonas, dado que existe oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação:

VOLP, 2009:XXI, XXII

- a) Escarcéu, idéia, herói.
- b) Europeia, paranoico, coronéis.
- c) Heroico, apoia, assembleia.
- d) Réu, anzóis, jiboia.

84. Dadas as determinações da última reforma ortográfica em relação ao hífen, assinale a alternativa que apresenta palavra(s) em DESACORDO com ela(s):

- a) Tão somente, passo a passo.
- b) Contra-arrazoar, contrapartida.
- c) Auto-observação, semiaberto.
- d) Antiinflacionário, co-autor.

85. Assinale a alternativa que apresenta palavra em DESACORDO com as regras da nova ortografia relativas ao hífen nos prefixos hiper-, inter- e super-.

- a) “Da irracionalidade à hiper-razionalidade nas decisões.”
- b) “Não obstante já estar bem sedimentada a noção de vulnerabilidade, modernamente defende-se que, em relação a determinados grupos específicos da sociedade, sobressai a chamada vulnerabilidade agravada, ou seja, a hipervulnerabilidade; impõe, em relação a estes últimos, o recrudescimento da rede de proteção consumerista, ante a posição contratual debilitada que via de regra ostentam na vida negocial.”
- c) “Houve um processo a uma jornalista por informar super-salário de servidor municipal.”
- d) “A aprovação do projeto da super-receita depois de quase de dois anos da sua remessa ao Congresso Nacional na forma original de uma Medida Provisória.”

86. Assinale a única assertiva que contém frase gramaticalmente INCORRETA no tocante à vírgula.

- a) A língua portuguesa, conforme consta do art. 13 da Constituição Federal, é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.
- b) Conforme consta do art. 13 da Constituição Federal, a língua portuguesa é o idioma oficial da

República Federativa do Brasil.

c) A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil, conforme consta do art. 13 da Constituição Federal.

d) A língua portuguesa, é o idioma oficial da República Federativa do Brasil, conforme consta do art. 13, da Constituição Federal.

87. Sobre o uso dos porquês assinale a SEQUÊNCIA CORRETA de verdadeiro (V) ou falso (F):

() - Na frase "O estudante tinha razões para não explicar por que desistiu de fazer o exercício." o uso do porquê está correto, pois ele pode ser substituído pela expressão "por que motivo" e está no meio da frase.

() - Em "Não encontrou justificativa do porquê de sua ausência.", o uso do porquê está correto, pois ele está acompanhado de determinante, sendo assim, é substantivo.

() - Quando pode ser trocado por "por que motivo" no final da frase, sendo advérbio interrogativo de causa, o correto é usar a palavra "por que", separada e sem acento.

a) F, V, F.

b) V, F, V.

c) V, V, F.

d) F, F, V.

88. Sobre as particularidades gramaticais, está CORRETO afirmar:

I - Utilizamos “acerca de”, quando significa sobre, a respeito de. Já o “a cerca de” é usado quando existe ideia de aproximação; quer dizer “aproximadamente, cerca de”.

II - “Onde” indica situação estática, sem movimento. É usado para indicar local. Se a situação não for de local, de lugar, use os pronomes relativos: no qual, na qual, em que. “Aonde” indica movimento, situação dinâmica, equivale a “para onde”.

III - No caso do uso do “se não”, o “se” é sinônimo de caso e também quer dizer “mas sim”, “porém”, “do contrário”, “defeito”.

IV - Usa-se esse, esses, essa, essas e isso para indicar o que está na mão do falante; para indicar o tempo em que se encontra o falante, para indicar algo que ainda vai aparecer no texto ou para substituir um dos termos citados anteriormente, ou seja, o mais próximo.

a) Somente os itens I e II estão corretos.

b) Somente os itens I e III estão corretos.

c) Somente os itens I, II, IV estão corretos.

d) Somente os item I, II e III estão corretos.

89. Assinale a alternativa CORRETA no uso de sessão, seção e cessão:

a) A cessão de medicamentos está sem estoque para este mês.

b) Vamos nos preparar para a sessão da Câmara dos Deputados.

c) O Estado autorizou a sessão de terras aos homens do campo.

d) A seção extraordinária vai ocorrer ainda esta semana.

90. Observe os pronomes demonstrativos e assinale a alternativa CORRETA:

a) Este livro que está em sua mão, eu comprei em um sebo.

b) Minha opinião é esta: não há o que fazer.

c) Traga até aqui este material que está ao seu lado.

d) Isso que eu estou comendo faz bem para a saúde.

JUIZADOS ESPECIAIS

91. Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.099/95, entre os critérios que orientam o processo nos Juizados especiais NÃO está:

- a) Economia processual.
- b) Celeridade.
- c) Moderação.
- d) Oralidade.

92. Sobre Juizados Especiais Cíveis, nos termos da Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- b) Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de quatro anos de experiência
- c) O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum
- d) Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções

93. Sobre os atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis, nos termos da Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo
- b) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno quando houver aquiescência das partes
- c) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.
- d) Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será inutilizada após o trânsito em julgado da decisão

94. Sobre o procedimento cível previsto na Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Havendo pedidos contrapostos, poderá ser dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença
- b) A citação, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, será feita mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado
- c) As intimações serão feitas na forma prevista para citação, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação
- d) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, julgando-se precedente o pedido formulado.

95. Sobre Métodos de Resolução Adequada de Conflitos, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) O conciliador, no exercício de sua atividade, pode sugerir ou recomendar soluções às partes.
- b) O mediador, no exercício de sua atividade, deve abster-se de recomendar ou sugerir soluções

diretas às partes, concentrando-se na aproximação e facilitação do diálogo entre elas.

c) A negociação e a arbitragem são meios consensuais de resolução de conflitos.

d) Entre as técnicas utilizadas na atividade de conciliação estão o *rapport*, a escuta dinâmica e o parafraseamento.

96. Por ser rito especial, o Juizado Cível tem algumas particularidades, que, antes de induzirem a burocracia ou rigidez, são necessárias à compreensão e ao correto funcionamento dentro dos princípios informadores. Nessa linha, o correto é “execução de sentença” e se defende por “embargos do executado” e não “cumprimento de sentença” que se defende por “impugnação ao cumprimento de sentença”. Sobre o tema, é CORRETO afirmar:

a) Conquanto seja essa a designação, no Sistema de Automação do Poder Judiciário, por padronização administrativa, as execuções de sentença de Juizado Especial Cível são registradas apenas como “execução de sentença”.

b) A designação diferenciada está ligada à tramitação esperada, dado que a “impugnação ao cumprimento de sentença” é julgada por decisão interlocutória atacável por agravo, que não existe no Juizado Cível. Por outro lado, os “embargos do executado” no Juizado seguem sendo julgados por sentença, que tem recurso previsto na Lei nº 9.099/95.

c) Essa particularização também está ligada ao fato de que atualmente a “impugnação ao cumprimento de sentença” prescinde da garantia à execução para ser processada, enquanto os “embargos do executado” no Juizado também podem ser processados sem garantia da execução.

d) Trata-se apenas de questão de nomenclatura, já que não há diferença de regramento do Juizado para o Processo Civil de Execução comum.

97. O Juizado Especial Cível tem como regra geral a não cobrança de custas. Sobre o tema, é CORRETO afirmar:

a) Não há hipótese prevista para cobrança de custas.

b) No caso de litigância de má-fé, não são exigidas custas.

c) Em situação de improcedência de “embargos do executado”, como regra não incidem custas.

d) Na ausência da parte autora à audiência, extinto o processo, são exigidas custas. Há hipótese de isenção de custas, em caso de acolhida justificativa, todavia, a concessão de Assistência Judiciária não inibe a cobrança das custas, pois são neste caso uma penalidade, assim como ocorre com a litigância de má fé.

98. Conciliação na fase de execução de sentença. Sobre o tema, é ERRADO afirmar:

a) É necessária ao escoamento do prazo de embargos, dado que a previsão legal é que flui após o momento conciliatório da audiência não ter sido concluído em acordo (art. 53, §1º, Lei nº 9.099/95).

b) Havendo penhora, a audiência não apenas tratará de conciliação, mas também, utilizará da oralidade do ato para agilizar os procedimentos relativos à materialização do crédito, debatendo-se a melhor forma de alienação (direta, por terceiros, dação em pagamento, adjudicação e, falhando tudo, hasta pública).

c) Não tendo sido encontrados bens penhoráveis, ainda assim é importante a audiência, pois sem ela o processo seria apenas extinto (§4º do art. 53 da Lei nº 9.099/95), e com ela ainda há possibilidade de pela negociação, pela composição, o credor haver algum valor a partir do processo.

d) A parte pode peticionar dispensando a audiência, que é facultativa e completamente dispensável ao andamento do processo e alheia aos princípios informadores neste rito.

99. A perícia formal, com Assistentes Técnicos, Perito de confiança do Juízo, quesitos, laudo posterior, laudos complementares, é incompatível com o rito, sendo que por decisão do Supremo Tribunal Federal (inclusive) essa complexidade probatória afasta o cabimento do processo perante o Juizado Especial Cível. Sobre o tema, é CORRETO afirmar:

- a) A parte que defende a necessidade de realização de perícia, e com isso pede a incompetência do Juizado Especial em benefício da Justiça Comum, e na instrução não produz provas e concorda que “não há outras a produzir”, não desistiu dessa modalidade de prova e isso pode anular o processo.
- b) Não é viável que as partes negociem fazer a perícia como descrita no CPC, com toda a formalidade, inserindo assim esse procedimento do CPC dentro do processo que tramita perante o Juizado Cível.
- c) A avaliação técnica não é possível, em que as partes interessadas arrolassem Técnicos que tivessem acesso ao bem defeituoso ou danificado, para que esclarecessem e explicassem sobre orçamentos que fizeram, estragos ou problemas que detectaram, pois isso é modalidade de perícia, o que é vedado.
- d) A parte não deve apresentar laudo técnico unilateral sobre o problema (como orçamento de conserto de um veículo) e também não tem validade a pesquisa sobre o tipo de peças utilizadas nos orçamentos, tampouco é possível levar outro técnico (Mecânico) ao local em que está o veículo para avaliar os danos, e sendo ouvidos eles em audiência, esse conjunto probatório não é suficiente, como regra, para afastar a necessidade de perícia.

100. A sessão conciliatória, parte da audiência una do rito da Lei nº 9.099/95 remete à presença pessoal dos envolvidos. Cada personagem no processo exerce um papel. Advogado é Advogado (não cumula condição de preposto) e tem um papel próprio a desempenhar e uma maneira importante de se envolver nesse tipo de audiência. Já as partes têm interesse próprio na demanda, é o seu patrimônio que será objeto de negociação, sua presença valoriza o diálogo direto, a compreensão sobre o outro na relação litigiosa, e até a recuperação do relacionamento (seja pessoal, seja de um cliente insatisfeito, ou ainda, do empresário frente ao cliente inadimplente). Sobre o tema, é CORRETO afirmar:

- a) O Advogado com procuração sem poder de transigir pode firmar acordo por seu cliente neste tipo de audiência.
- b) Uma parte idosa e acamada, com procurações adequadas, e em caso que ultrapasse 20 salários mínimos, ainda assim não poderá ser representada na audiência por um familiar direto e seu Advogado.
- c) O preposto que não tem conhecimento algum sobre o que está em litígio, não tem ligação com a empresa demandada, não tem substancialmente autorização alguma para negociar, apenas uma procuração para representar como preposto, esse tipo de preposto está ali apenas cumprindo uma “formalidade” em um processo que é para ser informal, sendo por isso um comportamento absolutamente equivocado o uso desse tipo de expediente, que atenta contra os princípios informadores do rito e com os objetivos da existência do ato, inclusive.
- d) Há um grande número de processos em que se verifica que, mesmo com uso de ferramentas informatizadas (BacenJud, Renajud etc), pesquisa de imóveis, ainda assim a realidade é que a parte não tem bens a serem excutidos e tampouco renda em quantidade para ser penhorada. Esse tipo de contexto processual recomenda dispensar a audiência conciliatória.